

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva, no I Congresso

Nacional de Segurança e Defesa

Lisboa, 25 de Junho de 2010

Começo por saudar a organização do Congresso e, com isso, sublinhar a importância que atribuo a realizações como esta.

Em pouco tempo, vou procurar apresentar o meu ponto de vista sobre a temática deste Congresso: as relações entre Segurança e Defesa. Começando por dizer que me parece muito importante que todos tenhamos consciência do quadro global de segurança em que nos movimentamos.

Podemos - e devemos - falar da Segurança Colectiva, da comunidade organizada como uma Nação ou um Estado multinacional. Podemos - e devemos - falar de segurança como rede social de apoio; como o chão comum que, num dado momento, garante uma base mínima para o desenvolvimento de projectos e oportunidades. E podemos - e devemos - falar de segurança, quer enquanto *security*, quer enquanto *safety*, isto é: devemos incluir no conceito de segurança a dimensão de protecção face ao risco ou a qualquer circunstância que traga uma privação adicional ou que ponha em causa o bem-estar da comunidade e até a nossa própria sobrevivência física.

A palavra segurança é uma palavra adequada para designar este conjunto complexo de dimensões. Nesse sentido, estou plenamente de acordo com aqueles que dizem que é possível promover, nas nossas sociedades e nas nossas comunidades, uma cultura da segurança: uma consciência da centralidade desta temática e da responsabilidade de cada um de nós em assegurar as condições dessa Segurança. E defendo a sua utilização justamente por causa da diversidade de significados que comporta. Desde logo, a Segurança é a contraparte da própria liberdade: sermos livres é a melhor forma de sermos seguros, se não fossemos livres seríamos muito inseguros. Não há, aliás, para os cidadãos comuns riscos maiores à sua segurança do que aqueles que se vive em ditadura e nos quais, portanto, estamos todos desprovidos de direitos e de garantias de protecção desses direitos.

Não sei se a segurança é a primeira das liberdades, como às vezes se diz. Mas estou certo de que liberdade e segurança são cara e coroa da mesma moeda. Estou a falar, evidentemente, do conceito de segurança que prezamos nas sociedades democráticas: da segurança colectiva, pessoal, e mesmo social - no sentido do conjunto de direitos sociais e de sistemas públicos destinados a garantir esses direitos, através de uma rede de protecção.

Não tenho, portanto, nenhum problema em reconhecer que, dada a polissemia de segurança, se trata de um conceito que deve ser inscrito nas missões das estruturas, organizações e serviços que, circunstancialmente, tutelam politicamente. Esta era a primeira ideia que queria aqui deixar.

Passemos para a segunda ideia.

Recomendaria a todos que, quando usassem a palavra Segurança, a usassem para enriquecer a expressão e não para diminuir ou pôr na sombra dimensões igualmente necessárias desta expressão. Não contem comigo para que a utilização do conceito de Segurança sirva para diminuir o conceito e expressão da Defesa Nacional.

Em primeiro lugar, porque a Defesa Nacional coloca bem o terreno em que nos situamos: o de uma comunidade nacional que entende o direito e o dever de se defender. Temos, enquanto cidadãos portugueses, o direito e o dever de nos protegermos perante a ameaça que ponha em causa a nossa liberdade, a nossa soberania ou a nossa própria integridade territorial.

Em segundo lugar, esta é a posição própria de quem não está disponível para abdicar da responsabilidade de se defender. Trata-se aqui de uma responsabilidade indeclinável, na medida em que estamos a falar da defesa do nosso modo de vida, do nosso futuro e dos nossos valores. E, depois, porque se trata de mobilizar a comunidade tida como Nação. E o que é uma Nação? Uma Nação é uma combinação entre um dado território, um dado povo e a sua história. Não precisamos de ser todos da mesma cor, não precisamos de ter, todos, as mesmas ideias, não precisamos sequer de pertencer todos aos mesmos conjuntos culturais, de partilharmos as mesmas identidades culturais. Podemos ser de etnias diferentes, de religiões diferentes, até de estados multinacionais de nacionalidades diferentes. Uns podem ser naturais do território, há várias gerações, ou outros ter aportado ao território há poucos anos. O que interessa é que nesse território, formando um povo de cidadãos, nós revemo-nos na estrutura de uma história que nos dá uma certa identidade colectiva e na partilha de um conjunto de valores cívicos que nos permite ter um horizonte de futuro.

Ora, a Defesa Nacional é também isto: a responsabilidade de nos defendermos colectivamente como Nação. Portanto, não me parece que a delicadeza das questões que se colocam hoje com a natureza global das novas ameaças se resolva através de qualquer jogo floral entre a palavra Segurança e a palavra Defesa; entre aqueles que entenderiam que a Defesa deveria ser consumida na Segurança e aqueles que entenderiam que a Defesa se deveria manter inteiramente independente da Segurança. Não é maneira de resolver a coisa. Isso serve apenas para perpetuar jogos florais, que são evidentemente legítimos, mas que não compete ao Ministro da Defesa Nacional alimentar.

Pelo contrário, sugiro que sejamos capazes de, através de abordagens abrangentes, defendermos essa cultura nacional de Segurança e de Defesa. Repare-se que, no plano da União Europeia se fala de Política Comum de Segurança e de Defesa, recorrendo-se ao velho, claro, simples e sempre produtivo “e”: Segurança e Defesa, Defesa e Segurança.

Perguntar-se-á por que razão isto é importante. É muito importante nunca perder de vista os fundamentais, para usar a expressão da Economia. E o fundamental, na área da Defesa Nacional, é termos um sistema que compreende todos os cidadãos e todas as cidadãs, que integra uma instituição própria - as Forças Armadas -, capaz de nos defender, se for preciso, para assegurar a nossa soberania, a nossa integridade territorial, a liberdade de acção dos nossos órgãos de soberania, a nossa liberdade colectiva.

Sendo a probabilidade de ocorrência de uma circunstância que nos obrigue a colocar esta nossa responsabilidade de imediato em cima de mesa uma probabilidade (felizmente) muito baixa, todos os dias nos preparamos para ela. Todos os dias, devemos estar preparados para ela. E mais: devemos estar preparados para ela até porque ela (essa probabilidade de ocorrência de uma circunstância absolutamente excepcional) está para Portugal, desde 1949, indissolúvelmente ligada a circunstâncias similares que poderiam ocorrer entre os (julgo que 12) países fundadores da NATO e, em adesões sucessivas, os actuais 28 membros da NATO. Ou seja, por decisão soberana, Portugal vincula a sua segurança nacional à dos países aliados na Aliança Atlântica. E esse princípio da Segurança Colectiva quer dizer isso mesmo: através do famosíssimo artigo 5.º, somos solidários com os outros que possam estar sujeitos a agressões efectivas ou iminentes que ponham em causa a sua própria independência e a sua própria soberania. E mais recentemente acrescentámos a essa primeira vinculação, uma segunda, falando-se de segurança cooperativa a propósito do dever de intervir activamente nas acções de gestão de crises, nas operações humanitárias e de paz em diversas regiões do mundo, como forma de garantir a Segurança Global. É esse o princípio da Segurança Cooperativa, que acrescentámos, e bem, ao princípio da Segurança Colectiva.

Há hoje, evidentemente, uma maior convergência entre os universos e os sistemas de Defesa Nacional e de Segurança. Mas a minha tese é que se percebermos bem a riqueza semântica da palavra “Segurança” e da expressão Defesa Nacional, então perceberemos muito melhor o múltiplo caminho que há para estreitar a colaboração entre sistemas de Segurança e sistemas de Defesa Nacional, ficando numa posição muito melhor para gerar uma dinâmica de convergência que não podemos nem devemos parar.

Perguntar-se-á ainda por que é que há esta convergência. Muitas vezes se diz (e bem) que ela resulta do novo quadro de ameaças com que estamos confrontados. De facto, para uma parte considerável dos bandos terroristas, o alvo apetecido não é o Estado, o alvo apetecido é mesmo o cidadão comum. Aquele que está, à hora errada dentro do autocarro errado, na linha errada, na cidade errada. É esse o alvo. E o meio preferido dos terroristas é o meio tecnologicamente mais avançado e mais sofisticado. Essa combinação entre um terror que não conhece regras e que tem como alvo deliberado as populações civis, e a sofisticação tecnológica, é uma mudança absolutamente radical, que nos obriga a actualizar a doutrina, as organizações e os procedimentos.

Estou plenamente de acordo com aqueles que dizem que não é possível imaginar que podemos olhar para esta realidade, usando apenas quadros mentais do passado. Não é possível olhar para as novas realidades usando os quadros clássicos da relação entre os Estados e da relação de forças entre os Estados, quando a grande maioria das piores ameaças que hoje enfrentamos são ameaças não convencionais assumidas por poderes e organizações que não são estatais.

A Constituição tem artigos relativamente claros sobre a Defesa Nacional e a sua relação com a Segurança, referindo o papel específico das Forças Armadas. A colaboração das Forças Armadas em acções de promoção de Segurança não se faz apenas em caso de estado de emergência ou estado de sítio. E já hoje a legislação infraconstitucional portuguesa esclarece que, tratando-se de ameaças transnacionais e de um novo quadro de ameaças, essa

colaboração todo o faz sentido. E estabelece a Lei da Defesa Nacional, numa disposição que é replicada na Lei de Segurança Interna, como é que essa colaboração se faz. A este propósito, surge muito a questão de saber quem manda nessas situações de colaboração. Quem manda é quem deve mandar, à luz da Constituição e da Lei. A Constituição di-lo com clareza: as Forças Armadas Portuguesas obedecem aos órgãos de soberania e as Forças Armadas organizam-se, internamente, numa estrutura de comando inteiramente clara, transparente e indiscutível, tal como, aliás, *mutatis mutandis*, as Forças e Serviços de Segurança.

Portanto, a questão não é saber quem deve ter proeminência. Em matérias tão delicadas como esta, todos devemos estar na primeira fila, todos devemos ser proeminentes, porque todos devemos ser responsáveis.

Era esta a mensagem que, se me permitem, eu gostaria aqui de deixar.

Não esquecer de pensar na necessidade de promover uma cultura nacional de Segurança e de Defesa.

Continuar a defender a importância destas duas palavras: Segurança e Defesa.

Finalmente, perceber que cada um tem a sua missão matricial. Colaborarmos mais estreitamente e organizadamente para sermos mais efectivos, sem cuidar de saber se isso significa tornar mais proeminente um ou outro. O que a Pátria nos pede é que sejamos todos proeminentes e responsáveis.